



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento
RELATÓRIO ANUAL 2013

Rua São Bento 1, 23º andar
CEP 20090-010 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

1 INTRODUÇÃO

A Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento (CGPO) é um órgão subordinado à Presidência do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Para o desempenho de suas competências, conta com as divisões de Planejamento e Desempenho Institucional (DPLAD), de Programação e Acompanhamento Orçamentário (DIPOR) e de Gestão de Projetos Estratégicos (DIGEP).

Em 2013, foi realizada a “Oficina de Planejamento Estratégico”, de 20 a 22 de fevereiro, em Petrópolis (RJ), com o objetivo de alinhar as propostas de projetos e metas do INPI para o ano.

A CGPO coordenou, ainda, o Grupo de Trabalho responsável pela organização do “Congresso do INPI”, evento que ocorreu de 19 a 21 de março, na cidade do Rio de Janeiro, quando foram iniciadas as discussões sobre a construção de um novo Planejamento Estratégico.

Em fevereiro, o INPI divulgou o documento Agenda Estratégica 2013-2014, pactuada com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que norteará as atividades nos dois anos, além das metas e iniciativas do Plano Plurianual - PPA 2012-2015.

2 DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

A DPLAD é a responsável por promover e coordenar a participação do INPI no Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal; implementar e monitorar o Planejamento Estratégico, em articulação com as unidades da estrutura regimental; e acompanhar o desempenho do Instituto, propondo as correções e os aperfeiçoamentos que se fizerem necessários.

2.1 Plano Plurianual

O PPA é o instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

A maior contribuição do INPI no PPA 2012-2015 se dá por meio do Programa Temático 2055 - Desenvolvimento Produtivo, com o Objetivo 0881: “Concessão de direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia”.

O INPI continuou com as iniciativas que dão suporte ao alcance do Objetivo 0881, conforme descrito a seguir.

Em 2013, o Instituto recebeu cerca de 163 mil pedidos de registro de marca, 9% a mais que no mesmo período de 2012. O estoque total de pedidos de registro de marca pendentes de primeiro exame chegou a 507 mil, com aumento de 21,9%.

Para atender a demanda corrente e processar o estoque de pedidos, investiu-se na informatização dos processos e na contratação de pessoal. Em junho de 2013, lançou-se o novo sistema interno de gestão de marcas, denominado IPAS (*Industrial Property Automation System*), desenvolvido pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). O sistema possibilitou a informatização de todas as etapas do processo de registro e o maior controle gerencial dos fluxos de trabalho.

Além disso, com a posse em julho de 2013 dos 14 novos examinadores de marcas, será elevada a capacidade de processamento para cerca de 135.000 pedidos de registro de marca por ano. Haverá incremento também dessa capacidade pela entrada de novos servidores por meio de concurso público, em 2014, para o preenchimento dos 90 cargos de Tecnologista em Propriedade Industrial criados pela Lei n.º 12.823, de 05 de junho de 2013.

Na área de patentes, o volume total de depósitos de pedidos de patentes se manteve estável em cerca 33 mil, interrompendo a taxa de crescimento de 10% ao ano, verificada desde 2010. Foi concluída a implementação do sistema de depósito de patentes *on-line*. No mês de dezembro, 53% dos documentos de patentes apresentados ao INPI foram feitos de forma totalmente eletrônica.

Ações de enfrentamento do *backlog* de pedidos de patentes, que termina o ano em aproximadamente 184.000 pedidos, e de melhoria na eficiência do processo de concessão, têm buscado reduzir o tempo de decisão final de patentes.

Os 28 novos examinadores de patentes, de um total de 70 vagas disponibilizadas para concurso, nomeados em 2012, iniciaram em julho de 2013 o período de treinamento, com produtividade reduzida, e atingirão a produtividade plena até o final do ano de 2014. O preenchimento de mais 385 novas vagas de Pesquisadores em Propriedade Industrial, autorizadas pela Lei n.º 12.823, é etapa imprescindível que deverá dobrar a capacidade de exame técnico, reduzindo os prazos de concessão e o *backlog* de pedidos de patente.

O programa “Patentes Verdes”, iniciado como projeto-piloto em 2012 e continuado em 2013, apresentou um prazo médio de concessão de sete meses a partir da solicitação de entrada no programa. O programa-piloto de Opinião Preliminar sobre patenteabilidade, por sua vez, também iniciará uma segunda nova fase, porém em um formato mais abrangente.

Seguindo o conceito de especialização, as patentes de Modelo de Utilidade passaram a ser examinadas por uma unidade diferenciada, com o objetivo de uniformizar as decisões e agilizar o exame desses pedidos. Os exames de pedidos em segunda instância também passaram a ser analisados por um comitê especializado, permitindo maior velocidade de decisão e permitindo uma menor interferência na análise dos pedidos em primeira instância.

Na área de averbação de contratos e faturas de tecnologia, destaca-se a integração das informações com a Receita Federal, e dos sistemas de contratos do INPI aos sistemas públicos de registro de comércio de produtos e serviços, como o Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviço, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv/MDIC) e o Sistema de Registro de Operações Financeiras de transferência de tecnologia (RDE/ROF/Sisbacen/Banco Central). Este acompanhamento permite monitorar o mercado de serviços e intangíveis, além de dar suporte à formulação e implantação de políticas públicas. O módulo relativo às operações de transferência de tecnologia no Siscoserv terá início em 2014.

Em 2013, foram concedidos sete registros de indicações geográficas (IG), sendo seis nacionais e uma estrangeira, além de seis depósitos. Em 31 de dezembro, foi concedida a última denominação de origem do ano para a “Região do Cerrado Mineiro” para o produto café.

O Plano de Criação e Promoção de Indicações Geográficas Brasileiras e Sul-americanas sofreu uma reestruturação, passando a focar em eixos prioritários, alinhados a outras políticas públicas do Governo Federal. Buscado sinergia com as atividades de promoção dos eixos do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), então subordinado ao MDIC, foram realizadas reuniões técnicas visando à equalização de conceitos e identificação de agrupamentos com potencial para a estruturação de IGs. Além disso, o INPI tem enviado especialistas do seu corpo técnico para realizar atividades de disseminação em diversas regiões alvo do projeto.

O INPI também recebeu o depósito de 6.841 pedidos de registro de desenho industrial, sendo 3.776 nacionais e 3.065 estrangeiros, com a concessão de 2.656 registros. A área de desenho industrial tem fomentado a prática de proteção do design no meio acadêmico e entre designers nacionais, principalmente aqueles que participam de eventos internacionais. Neste sentido, destaca-se a participação do Instituto na “Semana Design Rio”, ocorrida em outubro, destacando-se a proteção do design como ferramenta estratégica.

Também foram registrados 1.257 programas de computador, o que representa aumento de 49,2% em relação a 2012, fruto do trabalho de disseminação por meio de cursos, palestras e seminários.

O desenvolvimento de um sistema automatizado para o depósito eletrônico e para o processamento de registros continua como meta em 2014 para o cumprimento do objetivo de

aumentar a produtividade de análise dos pedidos de desenho industrial, indicação geográfica e programa de computador, além da averbação de contratos. Outro foco na área de TI será a construção de um novo portal de acordo com as especificações de acessibilidade de governo eletrônico (o e-MAG), além do objetivo de ser uma nova e mais eficiente plataforma de comunicação do INPI com a sociedade e com o próprio governo.

No contexto da missão de disseminar e promover a geração, proteção e a comercialização de ativos de propriedade intelectual, o INPI alcançou mais de 16 mil pessoas no último ano, por meio de participação em congressos, seminários, comitês temáticos, palestras e atendimento em estandes em eventos científicos e técnicos realizados em todo o País.

Cabe destacar a inserção do INPI em alguns Congressos em parceria com outros atores do Sistema Nacional de Inovação, a exemplo da 65ª Reunião anual da SBPC (Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência), do VII encontro anual do Fortec (Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia), da XII Conferência Anpei (Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras), do Seminário "PI e Transferência de Tecnologia no Contexto de Tecnologias Verdes" em parceria com a OMPI; e da publicação de um guia de PI para o Judiciário - Propriedade Industrial Aplicada, reflexões para o Magistrado - em parceria com a CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Ressalta-se também a assinatura dos Acordos de Cooperação Técnica com a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confeção (ABIT), o Sebrae Nacional, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro). Este último Acordo contempla atividades de sensibilização sobre PI para seus servidores e colaboradores, empresas e instituições parceiras ou de redes associadas e a inserção de disciplinas de PI e inovação nos cursos oferecidos pelo Inmetro. Com o BNDES, o objetivo é que o Cartão BNDES financie serviços referentes aos depósitos de marcas e patentes, prestados por Agentes da Propriedade Industrial, credenciados por este Instituto e cadastrados como fornecedores no portal de operações do referido Cartão. Essa medida facilitará o acesso de micro, pequenas e médias empresas a serviços voltados para a proteção de suas inovações.

Em 2013, o INPI contou com a participação de 3.603 pessoas em seus cursos de capacitação/treinamento previstos nos Acordos de Cooperação firmados com diversas instituições brasileiras ou oferecidos diretamente. Merece destaque a capacitação promovida por nossa Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento na modalidade de educação à distância. O Curso Geral Básico de PI à Distância, em parceria com a OMPI, certificou 4.301 pessoas nos últimos dois anos e o Curso de Especialização em PI e Inovação, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), em sua primeira edição prevista para 2014, capacitará cerca de

2.000 professores e técnicos vinculados aos mais de 400 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de todas as regiões do Brasil.

Também foi ampliada a oferta de oficinas, tais como a de redação de patentes e transferência de tecnologia, e inseridos cursos para públicos específicos, como empresários e bibliotecários, com carga horária e metodologia diferenciada.

O Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação do INPI está em sua sétima turma e realizou edital para seleção da oitava. O curso teve sua nota aumentada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de 3 para 4, na escala até 5. Em setembro, começaram as aulas da primeira turma do Doutorado em Propriedade Intelectual e Inovação do INPI, curso pioneiro no Brasil e aprovado pela CAPES em setembro de 2012. O foco é a utilização estratégica dos ativos de PI como força propulsora do sistema de inovação e desenvolvimento, seja no âmbito local, regional, nacional ou global. Assim, a partir de 2014, o Instituto deixará o status de Usuário Colaborador para Instituição Participante do Portal de Periódicos da CAPES e passará a ter acesso gratuito ao mesmo. O objetivo central dos Programas de Pós-Graduação do INPI é a formação de pesquisadores de alto nível, capazes de ensinar e formar outros pesquisadores em PI e Inovação. Os cursos são interdisciplinares, envolvendo diferentes campos do conhecimento e como estes se relacionam.

No âmbito estadual, o INPI tem 28 Acordos de Cooperação Técnica ativos com Secretarias de Desenvolvimento, de Ciência e Tecnologia e similares, com objetivo de sensibilização, capacitação e disseminação da cultura e conhecimento em PI e, em alguns especificamente, são também realizadas atividades de orientação, recepção e protocolo, totalizando cerca de 10 mil atendimentos (média mensal) presenciais, por e-mail ou por telefone.

Na área de Cooperação Técnica Internacional, o INPI é o órgão executor do Programa de Promoção da Cooperação Sul-Sul, assinado entre o Governo Brasileiro (a Agência Brasileira de Cooperação – ABC, do Ministério de Relações Exteriores - MRE) e a OMPI, com o objetivo de ampliar e aperfeiçoar o uso do sistema de PI nos países em desenvolvimento.

Dentre os 38 Memorandos de Entendimento assinados com Escritórios de PI de outros países para a promoção da cooperação bilateral, pode-se destacar o firmado com o Escritório Chinês de Marcas (SAIC), durante sua recente missão ao INPI, assim como a intensiva cooperação realizada com o Escritório Japonês de Patentes (JPO). Foi também realizado o encontro entre os escritórios de PI do grupo BRICS, em Johannesburgo, às margens da Assembleia Geral da OMPI, e estabelecido o documento “*Road Map of Cooperation*”.

O projeto de estruturação da rede de autoridades nacionais de propriedade intelectual da América do Sul, denominado PROSUR, avançou rumo à consecução dos objetivos previstos em seu

escopo. Destacam-se: a fixação da data de 31/10/2013 para o início do programa-piloto de cooperação técnica em busca e exame de patentes, através da utilização da ferramenta eletrônica denominada e-PEC (Plataforma de Exame Colaborativo), desenvolvida pelo INPI em parceria com a sua contraparte na Argentina, um instrumento eletrônico que permitirá a colaboração em exames de patentes entre seus nove países-membros; a criação da página do PROSUR (www.prosur.org.ar) e da plataforma para integração dos sistemas de PI das entidades-parte, que está sendo desenvolvida pela empresa uruguaia Centro Mac. Por fim, também foram contratados três consultores, sendo um argentino, um brasileiro e um chileno, para auxiliarem no tema de institucionalização do PROSUR.

No que tange ao uso da informação tecnológica, o Centro de Disseminação da Informação Tecnológica (CEDIN), com o objetivo de manter o setor produtivo e acadêmico atualizados com o desenvolvimento tecnológico mundial, elabora estudos em temas contemplados no Plano Brasil Maior, bem como disponibiliza a documentação brasileira de patentes, em meio digital, na página do INPI na Internet, na base do Escritório Europeu de Patentes (Espacenet), na base Latino-americana de Patentes (Latipat) e na OMPI (WIPO/Patenscope) e, ainda, para 15 outras instituições de PI no mundo. Foi concluída a renovação do acesso aos Bancos de Dados Epoque e Dialog, que vigorarão ainda até o final de 2013, bem como contratação do Banco de Dados Geneseq. O processo de contratação do Banco de Dados STN está em vias de assinatura entre as partes. Após início do OCR (Reconhecimento Óptico de Caracteres), obteve-se sua conclusão e disponibilização de textos completos dos documentos de patente brasileiros para o PatentScope e a EPO. Obteve-se também um aumento significativo do acervo dos documentos de patente brasileiros disponíveis através do Portal Latipat. Em parceria com o Escritório Coreano de Patentes, foi disponibilizado intercâmbio da coleção completa das patentes coreanas, com resumos em inglês. Assim, há um total de 17 Escritórios/Organizações de Patentes com os quais o INPI realiza intercâmbio de documentação.

O Portal Periódicos CAPES tem sido amplamente utilizado pelo INPI, nas suas diversas instâncias. Através do Termo de Cooperação entre as partes, o INPI passou a contar com o acesso a nove bases de dados bibliográficas, sendo complementado com o acesso gratuito de 51 bases de dados, permitindo contar com mais de 10 mil títulos de periódicos técnicos e resumos de alta relevância científica e tecnológica. Em 2014, o INPI passará a ter gratuidade em quatro bases de dados que atualmente estão cobertas pelo Termo de Cooperação (Scopus, Jstor, Science Direct e Gale), gerando considerável economia nos recursos do Instituto.

No âmbito do Observatório Tecnológico, foi estabelecida uma nova parceria com a Abiquim, com foco no setor da Indústria Química. Em relação à parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), foi lançado o livro intitulado “Propriedade Intelectual e Aspectos Regulatórios em Biotecnologia”, onde são apresentados os marcos regulatórios do patenteamento em

biotecnologia nos Estados Unidos, União Europeia, Japão, China, Índia e Brasil. A parceria com a Finep gerou resultados sobre as principais empresas farmacêuticas de capital nacional sobre o uso do sistema de PI. O Observatório está desenvolvendo com a Diretoria de Patentes, o estudo “Reflexos no sistema de propriedade industrial brasileiro da legislação de acesso ao patrimônio genético e conhecimentos tradicionais associados”.

O Observatório Tecnológico também publicou o primeiro relatório do Observatório da Saúde em parceria com a Fiocruz. Os resultados deste trabalho, baseado em documentos de patente relacionados à prevenção, tratamento e diagnóstico dos cânceres de pulmão, mama, próstata e útero, foram apresentados na conferência internacional “*Patent Statistics for Decision Makers*”, ocorrida em novembro de 2013, no Rio de Janeiro.

Em julho de 2013, o Centro de Defesa da Propriedade Intelectual do INPI (CEDPI) iniciou o projeto-piloto de mediação de controvérsias administrativas na área de marcas.

O projeto do Banco de Dados Estatísticos sobre Propriedade Intelectual (Badepi) e o do Anuário Estatístico do INPI tiveram seus resultados preliminares apresentados em setembro na OMPI, na Reunião Anual de Economistas de Escritórios de Patentes, e na 8ª Conferência Anual da Associação Política Europeia de Propriedade Intelectual (EPIP). Para 2014, planeja-se a elaboração de estudos econômicos sobre o impacto econômico da propriedade intelectual em parceria com o (IPEA), o Inmetro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Centro Brasileiro de Material Biológico encontra-se em fase de construção do edifício onde serão executadas as atividades finalísticas de recebimento e manutenção de amostras de material biológico, conforme previsto no Termo de Cooperação entre INPI e o Inmetro. A etapa de construção encontra-se sob a responsabilidade do Inmetro, que contratou a empresa executora da obra, com acompanhamento pelo INPI. Devido a questões técnicas e orçamentárias supervenientes, a construção teve o seu ritmo reduzido, tendo sido proposta, pelo Inmetro, a sua suspensão temporária, sendo retomada após regularização de todas as pendências.

O INPI também é responsável pelas oito metas do Objetivo 0881, que podem ser divididas em dois grandes grupos: as metas de disseminação da cultura da PI e as metas de registro e concessão de direitos de PI, nas áreas de marcas, patentes, desenhos industriais e indicações geográficas. O desempenho das metas em 2013 consta do Quadro 1.

Quadro 1 – Execução Física das Metas do Objetivo 0881 do PPA

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta Física	
		Prevista em 2015	Realizada em 2013
Aumentar de 2.500 para 5.000 o número de pessoas capacitadas em cursos de propriedade intelectual oferecidos pelo INPI	número	5.000	4.027
Aumentar de 30 para 60 o número de publicações do corpo docente do mestrado relacionadas à propriedade intelectual	número	60	65
Aumentar de 5.441 para 6.250 o número de registros de desenho industrial	número	6.250	2.656
Conceder 120 registros de indicação de procedência e 30 registros de denominação de origem (meta cumulativa)	número	150	28
Disseminar a cultura de propriedade intelectual em 123 instituições públicas de educação superior brasileiras (meta cumulativa)	número	123	74
Reduzir de 50 para 9 meses a estimativa de tempo médio para análise dos pedidos de registro de marca pendentes de primeiro exame	mês	9	71
Reduzir de 81 meses para 57 meses o prazo médio de decisões finais em pedidos de patentes no ano de apuração, a partir da data de entrada do pedido no INPI	mês	57	90,3

Fonte: SIOP.

A análise do alcance das metas do PPA em 2013 está a seguir.

- Meta: Aumentar de 2.500 para 5.000 o número de pessoas capacitadas em cursos de propriedade intelectual oferecidos pelo INPI

Em 2013, foram capacitadas 4.027 pessoas, correspondendo a 80,54% da meta para 2015. Cabe ressaltar que a restrição orçamentária para diárias e passagens ocorrida em 2013 gerou impacto na realização dos cursos feitos nos demais Estados e Instituições. Em 2014, serão realizados cursos presenciais na Sede do INPI para públicos específicos.

- Meta: Aumentar de 30 para 60 o número de publicações do corpo docente do mestrado relacionadas à propriedade intelectual.

Em 2013, foram realizadas 65 publicações, equivalentes a 108% da meta para 2015. As dificuldades orçamentárias impactaram a ida dos professores do INPI a congressos internacionais, o que diminuiu as publicações de artigos completos nos anais dos eventos. No entanto, houve uma grande participação em eventos nacionais, incrementando consideravelmente o número de publicações no ano.

- Meta: Aumentar de 5.441 para 6.250 o número de registros de desenho industrial.

Em 2013, foram concedidos 2.656 registros de Desenho Industrial, o que representa 42,49% da meta de 2015. Este baixo desempenho deveu-se aos problemas de processamento e digitalização que têm retardado a chegada dos processos para serem analisados, além dos inúmeros problemas de qualidade da digitalização que impedem os exames. A superação do problema de

produtividade ocorrerá após a entrada em operação do depósito eletrônico dos pedidos de registro de Desenho Industrial.

- Meta: Conceder 120 registros de indicação de procedência e 30 registros de denominação de origem.

Foram deferidas sete Indicações Geográficas no ano de 2013: duas Denominações de Origem (DO), sendo uma francesa e outra nacional; e cinco Indicações de Procedência (IP) nacionais. Considerando os resultados obtidos em 2012, de 21 registros concedidos (10 IP e 11 DO), a meta acumulada até 2013 foi de 28 IG concedidas, sendo 15 IP e 13 DO. O atendimento da meta está na dependência do depósito de novos pedidos de registro e da reestruturação da Coordenação de Registro e Fomento a Indicação Geográfica (COIND), composta por apenas quatro examinadores, que ainda identificam potenciais IGs e realizam ações de fomento e capacitações.

- Meta: Disseminar a cultura de Propriedade Intelectual em 123 instituições públicas de educação superior brasileiras.

A meta de ampliar para 123 o número acumulado de instituições que serão contempladas pela disseminação da cultura de propriedade intelectual compreende o período de 2012 a 2015. No ano de 2012, foram desenvolvidas atividades de disseminação de PI em 39 Instituições Públicas de Ensino Superior (IES).

Em 2013, foram realizadas 68 atividades de disseminação da cultura de Propriedade Intelectual em 35 IES, com a presença de 3.286 pessoas. Somando-se os números alcançados em 2012 com os de 2013, tem-se 74 instituições públicas de educação superior brasileiras contempladas com a disseminação da cultura de PI, representando 60% da meta a ser alcançada até 2015.

- Meta: Reduzir de 81 meses para 57 meses o prazo médio de decisões finais em pedidos de patentes no ano de apuração, a partir da data de entrada do pedido no INPI.

No ano de 2013, registrou-se um tempo médio de 90,3 meses, acima do índice de referência de 81 meses em 2012. Isto ocorreu devido a fatores imprevistos, tais como a dificuldade de virtualização dos processos de pedidos de patentes, a descontinuidade do processo de digitalização e o não preenchimento das 70 vagas para examinadores de patentes, via concurso, quando somente 28 vagas foram preenchidas. Para 2014, conta-se com a retomada da digitalização dos processos, assim como o preenchimento de cerca de 400 vagas para a função de examinador de patentes, cooperando para a redução do tempo médio.

- Meta: Reduzir de 50 para 9 meses a estimativa de tempo médio para análise dos pedidos de registro de marca pendentes de primeiro exame.

O resultado apurado reflete um cenário no qual a demanda por marcas não tem conseguido ser plenamente processada dentro de 9 meses, padrão considerado ideal pelos escritórios de propriedade industrial de referência no mundo.

O INPI recebeu cerca de 163.000 pedidos de registro em 2013. Os 52 examinadores de marcas que atuaram ao longo do ano tiveram a capacidade de realizar 87.064 despachos de primeiro exame neste ano (decisões capazes de retirar o pedido do *backlog*, isto é, da fila de espera pela análise de registrabilidade).

Além do número baixo de examinadores que atuaram em 2013, é preciso considerar que o elevado *backlog* de marcas (507.492 pedidos) se deve a uma histórica insuficiência de recursos. No entanto, há uma expectativa de recuperação para os próximos períodos.

No final de novembro de 2013, começaram a atuar, sob supervisão, 14 novos examinadores e o INPI espera autorização para admissão de outros 90 examinadores em 2014.

Também está em curso um processo de aprimoramento das ferramentas de tecnologia da informação aplicadas à gestão do exame de marcas. Esse processo, iniciado com o e-Marcas (sistema de depósito de marcas pela internet) em 2006, teve continuidade em junho de 2013, com a implantação de uma nova plataforma de análise de pedidos, o IPAS (Industrial Property Automation System), desenvolvido pela OMPI.

O aprimoramento das ferramentas de tecnologia somado a futura admissão de novos servidores ao longo de 2014 contribuirá para um cenário mais propenso ao cumprimento da meta de 9 meses.

2.2 Desempenho Institucional

O INPI divulgou, no dia 11 de novembro, a Resolução 117/2013, com as metas institucionais para o novo ciclo de avaliação, que vai de novembro/2013 a outubro/2014. Como resultado da experiência acumulada, as quatro novas metas aprimoram a definição dos indicadores, focando nas ações com maior impacto para a sociedade, conforme Quadro 2.

A Tabela 1 mostra detalhadamente o resultado final do período de novembro/2012 a outubro/2013, quando a nota institucional foi 10.

Quadro 2 - Detalhamento dos Macroprocessos - Período de Avaliação de Novembro/2013 a Outubro/2014

Macroprocesso	Indicador	Meta	Fórmula de Cálculo
Exame de Pedidos de Registro de Marca	Exame Técnico de Marca Concluído	129.903	Pedido Deferido + pedido Indeferido
Exame de Pedidos de Patente	Manifestação e Decisão de Exame Técnico de Pedidos de Patentes	11.999	Exame preliminar do pedido internacional depositado no PCT + opinião preliminar sobre patenteabilidade + primeira manifestação do exame técnico + deferimento de pedido + indeferimento de pedido + arquivamento de pedido por não manifestação ao exame técnico
Fomento e Capacitação para Uso Estratégico do Sistema de Propriedade Intelectual	Pessoas Atendidas e Capacitadas pelo INPI	116.500	Nº de pessoas em palestras, seminários e congressos organizados pelo INPI + Nº de pessoas em palestras proferidas pelo INPI em eventos de instituições parceiras + Nº de pessoas atendidas em buscas de informação tecnológica + Nº de pessoas orientadas pelo CEDIN e pelos Escritórios Regionais do INPI, presencialmente, por telefone e por e-mail + Nº de pessoas capacitadas em cursos à distância + Nº de pessoas capacitadas em cursos e oficinas presenciais no INPI e em instituições parceiras + Nº de pessoas capacitadas em cursos de pós-graduação <i>lato</i> e <i>stricto sensu</i>
Exame de Contratos e Faturas de Transferência de Tecnologia e de Pedidos de Registro de Desenho Industrial, Indicação Geográfica e Programas de Computador	Exame Técnico de Contratos e Faturas de Transferência de Tecnologia e de Pedidos de Registro de Desenho Industrial, Indicação Geográfica e Programa de Computador	5.275	Contrato e fatura averbados + contrato e fatura indeferidos + pedidos de DI concedidos + pedidos de DI indeferidos + pedidos de DI arquivados + pedidos de DI em exigência + ciências de parecer de DI + instruções técnicas aos Processos Administrativos de Nulidade (PANs) + pedidos de IG concedidos + pedidos de IG indeferidos + pedidos de IG arquivados + pedidos de IG em exigências + pedidos de IG publicados para manifestação de terceiros + pedidos de registro de computador deferidos + pedidos de registro de computador em exigência

Fonte: Diretorias do INPI.

Tabela 1 – Resultado do Desempenho Institucional – Período de Avaliação de Novembro/2012 a Outubro/2013

Processo	Produto	Meta	Resultado Mensal												Δ %		Nota
		Anual (A)	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Acumulado (B)	Alcançado (B/A) %	
Disseminação de Informações Tecnológicas	Informação Disseminada	4.405 unid.	272	214	385	366	454	414	454	541	434	586	548	748	5.416	123,0	10,0
Exame de Contratos e Faturas de Transferência de Tecnologia	Contrato/fatura decidido	1.788 unid.	134	192	210	100	127	159	175	164	166	203	146	115	1.891	105,8	10,0
Exame de Pedidos de Patente	Exame técnico de patente concluído (*)	6.348 unid.	297	385	367	282	663	555	370	313	460	399	401	856	7.729	121,8	10,0
	Processamento administrativo de patente concluído	12.260 unid.	3.974	351	569	815	525	670	774	1.332	2.904	1.808	1.335	894	15.951	130,1	10,0
Exame de Pedidos de Registro de Marca	Exame técnico de marca concluído	90.229 unid.	7.376	8.633	8.884	8.796	10.138	11.053	6.748	2.916	643	9.058	4.506	10.828	89.579	99,3	10,0
Fomento à Geração, à Proteção e à Comercialização de Propriedade Intelectual	Pessoa atendida	10.400 unid.	2.830	708	327	150	724	1.917	1.224	2.889	1.421	1.887	1.035	2.527	17.639	169,6	10,0
															Média	10,0	

(*) Foram adicionados 2.381 primeiros exames de patentes ao resultado do processo "Exame técnico de patente concluído".

Fonte: Diretorias do INPI.

2.3 Indicadores de Gestão

A Presidência do Instituto Nacional da Propriedade Industrial aprovou, no dia 11 de julho de 2013, a Carteira de Indicadores de Gestão para o período 2013-2015, conforme Resolução nº 93/2013, publicada no Boletim de Pessoal 20130711XVIII.

A Carteira de Indicadores de Gestão do INPI é composta por 52 indicadores, sendo cinco de órgãos seccionais da Presidência, nove da Diretoria de Administração, 11 da Diretoria de Patentes, quatro da Diretoria de Marcas, 11 da Diretoria de Contratos, IG e outros Registros e 12 da Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento.

Para o novo período de vigência da Carteira, foram realizadas mudanças na metodologia de apuração, inclusive com a uniformização dos indicadores das áreas finalísticas, quando possível, para que reflitam as principais etapas dos processos de exame e concessão de direitos, e viabilizem uma melhor avaliação do desempenho da gestão.

Atendendo às Recomendações da Controladoria Geral da União, relativamente ao Relatório de Auditoria Anual de Contas/CGU – Exercício 2011, o Instituto elaborou o Plano de Providências Permanente (PPP) que contemplava, entre outras:

“Recomendação 1: Instituir e divulgar documento contendo a metodologia completa de apuração de todos os indicadores estabelecidos pelo INPI, inclusive aqueles previstos no Plano Plurianual vigente, viabilizando a sua mensurabilidade.

Recomendação 2: Elaborar Carteira de Indicadores que reflita fidedignamente as principais etapas e aspectos do processo de exame de pedidos de propriedade intelectual e que apresente, no que couber, uniformidade entre as diversas áreas responsáveis por esses processos, viabilizando a avaliação do desempenho da sua gestão”.

Foram instituídas duas Fichas de Indicador, a primeira com os dados gerais de cada um, a metodologia de sua apuração e metas para o período 2013/2015, e a segunda com os resultados alcançados e a análise de desempenho. Todos os documentos estão disponibilizados na página da CGPO na Intranet do INPI.

Para classificar os resultados alcançados, estipularam-se três faixas de desempenho, estabelecendo o valor de 10% de diferença entre elas. A primeira faixa considera os indicadores com percentuais de atingimento da meta com variação até 10%, a segunda faixa contempla variações entre 10% e 20% da meta e na terceira faixa estão os indicadores que tiveram variação acima de 20% da meta, para mais ou para menos em todas as faixas, conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Faixas de Desempenho dos Indicadores de Gestão

Varição em Relação à Meta para mais ou para menos
Até 10%
Entre 10% e 20%
Acima de 20%

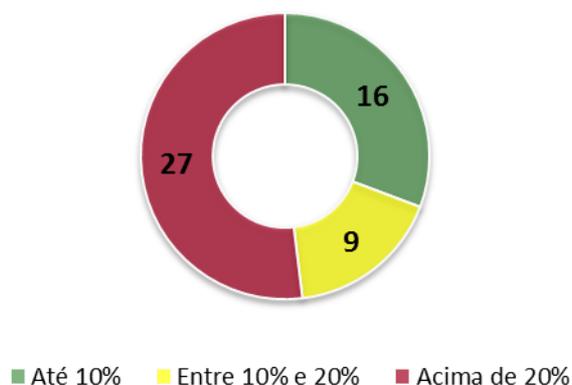
Fonte: CGPO / DPLAD.

No ano de 2013, 16 indicadores da Carteira variaram até 10% em relação à meta, nove variaram entre 10% e 20% e 27 indicadores variaram acima de 20% em relação à meta.

As razões para estes resultados foram justificadas em grande parte devido aos problemas de infraestrutura, falta de recursos humanos e tecnologia da informação, conforme as fichas de avaliação dos indicadores. Em alguns casos, foi solicitado o redimensionamento das metas para os anos de 2014 e 2015.

O Gráfico 1 mostra o desempenho global de atingimento das metas dos indicadores por faixa de desempenho.

Gráfico 1 – Quantidade de Indicadores por Faixa de Desempenho



Fonte: CGPO / DPLAD.

A avaliação geral da Carteira de Indicadores do INPI é que existe espaço para melhorias nos resultados alcançados em 2013, principalmente se os problemas relativos à falta de recursos humanos e tecnologia da informação forem resolvidos em 2014.

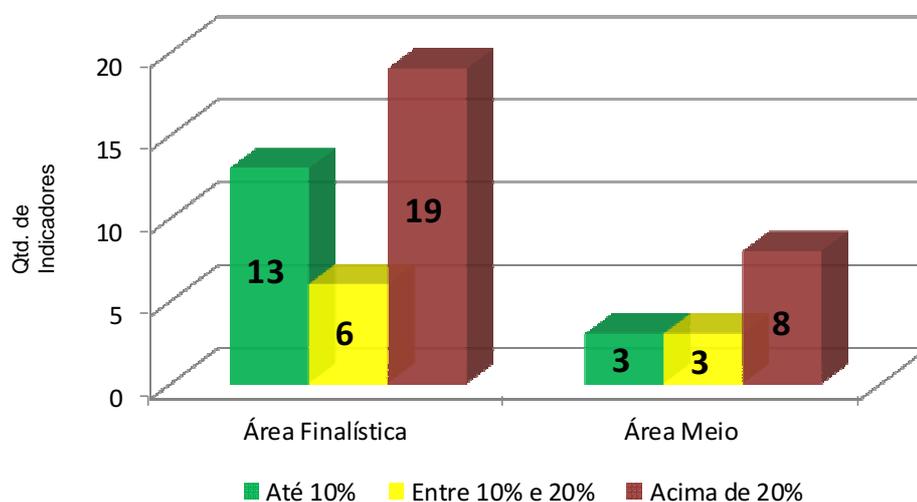
Cabe ressaltar que desde 2009 o Instituto vem criando condições para estabelecer uma cultura de medição dos indicadores, bem como gerando condições para subsidiar a tomada de decisão.

A carteira de indicadores do INPI possui 38 indicadores de áreas finalísticas (DIRMA, DIRPA, DICIG e DICOD) e 14 de áreas meio (DIRAD e Presidência). Dos indicadores de áreas regimentais finalísticas, 13 variaram até 10% em relação à meta, seis entre 10% e 20% e 19 indicadores acima de 20% da meta.

Com relação aos indicadores das áreas meio, três variaram até 10%, três entre 10% e 20% e oito acima de 20% da meta.

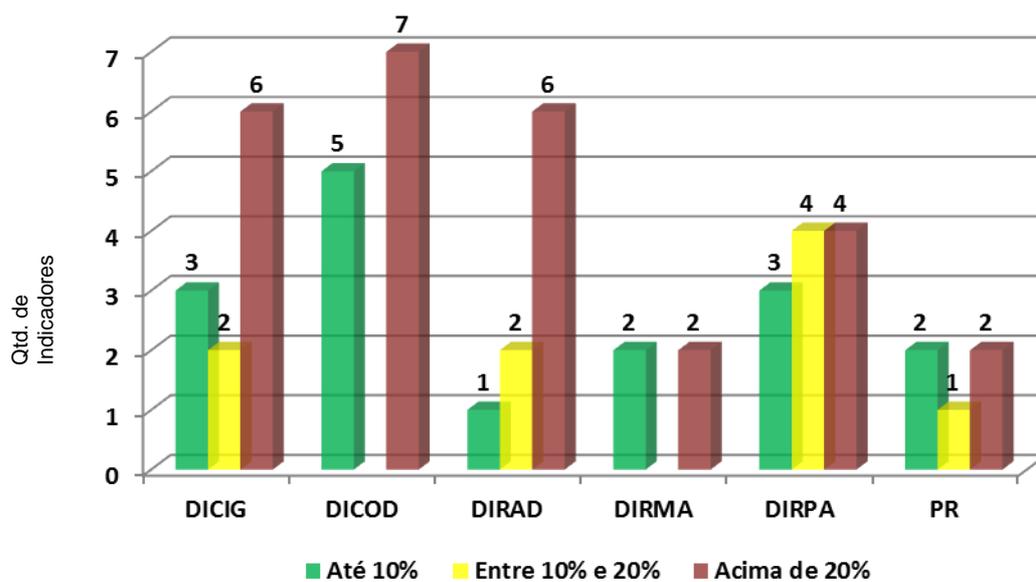
Nos Gráficos 2 e 3, tem-se os resultados estratificados por áreas finalísticas e áreas meio, além do resultado por diretoria. O Quadro 4 apresenta um resumo completo da Carteira.

Gráfico 2 – Resultado dos Indicadores de Gestão Área Finalística e Área Meio



Fonte: CGPO / DPLAD.

Gráfico 3 – Resultado dos Indicadores de Gestão por Diretoria



Quadro 4 - Resultado da Carteira de Indicadores do INPI em 2013

Indicador	Diretoria	2013 Meta	2013 Realizado	% Realização	% Variação Meta	Faixa de Desempenho
Índice de Averbação e Registro de Contrato e Fatura de Tecnologia	DICIG	100	100	100%	0%	Até 10%
Índice de Fomento de Indicação Geográfica	DICIG	90	75	83%	-17%	Entre 10% e 20%
Índice de Não Conformidade de Certificado de Averbação	DICIG	10	8,9	89%	-11%	Entre 10% e 20%
Índice de Produtividade de Desenho Industrial de Primeira Instância	DICIG	100	45,32	45%	-55%	Acima de 20%
Índice de Produtividade de Exame de Indicação Geográfica	DICIG	50	25	50%	-50%	Acima de 20%
Número de Exames de Desenho Industrial	DICIG	3.100	1.697	100%	-45%	Acima de 20%
Número de Registros de Programa de Computador	DICIG	800	1.257	157%	57%	Acima de 20%
Tempo Médio de Concessão de Desenho Industrial	DICIG	12	5,4	45%	-55%	Acima de 20%
Tempo Médio de Concessão de Indicação Geográfica	DICIG	20	21,61	108%	8%	Até 10%
Tempo Médio de Concessão de Registro de Programa de Computador	DICIG	6	14,22	237%	137%	Acima de 20%
Tempo Médio de Decisão de Requerimento de Averbação e Registro de Contrato e Fatura de Tecnologia	DICIG	24	24	100%	0%	Até 10%
Atividades de Cooperação Dirigidas a Sistemas Regionais de Inovação	DICOD	10	24	240%	140%	Acima de 20%
Atividades de Cooperação Dirigidas ao Sistema Nacional de Inovação	DICOD	35	35	100%	0%	Até 10%
Índice de Produtividade nas Buscas em Documentação não Patentária	DICOD	94	97	103%	3%	Até 10%
Índice de Produtividade nas Buscas em Documentos de Patente	DICOD	97	97,5	101%	1%	Até 10%
Inserções do INPI em Eventos de Terceiros	DICOD	200	183	92%	-9%	Até 10%
Participantes das Atividades de Cooperação Dirigidas ao Sistema Nacional de Inovação	DICOD	3.000	4.894	163%	63%	Acima de 20%
Participantes das Atividades de Cooperação Dirigidas aos Sistemas Regionais de Inovação	DICOD	700	899	128%	28%	Acima de 20%
Pessoas Capacitadas em Cursos de Curta Duração Presenciais	DICOD	550	1.402	255%	155%	Acima de 20%
Pessoas Capacitadas nos Cursos à Distância	DICOD	1.600	2.329	146%	46%	Acima de 20%
Pessoas Formadas no Mestrado Profissional do INPI	DICOD	18	19	106%	6%	Até 10%
Pessoas Presentes em Ciclos de Estudo e Seminários	DICOD	500	299	60%	-40%	Acima de 20%
Publicações em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento	DICOD	45	65	144%	44%	Acima de 20%
Absenteísmo	DIRAD	2,7	0,22	8%	-92%	Acima de 20%
Horas de Treinamento de Servidores de Nível Médio	DIRAD	20	300,79	1504%	1404%	Acima de 20%

Indicador	Diretoria	2013 Meta	2013 Realizado	% Realização	% Variação Meta	Faixa de Desempenho
Horas de Treinamento de Servidores de Nível Superior	DIRAD	20	82,99	415%	315%	Acima de 20%
Horas de Treinamento dos Gestores	DIRAD	40	22,47	56%	-44%	Acima de 20%
Índice de Arrecadação da Receita	DIRAD	100	97	97%	-3%	Até 10%
Índice de Execução da Despesa	DIRAD	100	89	89%	-11%	Entre 10% e 20%
Índice de Rotatividade no Trabalho	DIRAD	3,5	1,88	54%	-46%	Acima de 20%
Tempo Médio de Afastamento do Servidor por Motivo de Saúde	DIRAD	14	16,56	118%	18%	Entre 10% e 20%
Tempo Médio de Realização de Procedimento Licitatório - TMRPL	DIRAD	90	131	146%	46%	Acima de 20%
Número de Pedidos de Registro de Marca Pendentes de Primeiro Exame (<i>backlog</i>)	DIRMA	468.798	507.492	108%	8%	Até 10%
Número de Primeiros Exames de Pedidos de Registro de Marca	DIRMA	107.000	81.830	76%	-24%	Acima de 20%
Tempo Estimado para Análise de Pedidos de Registro de Marca Pendentes de Primeiro Exame	DIRMA	36	74	206%	106%	Acima de 20%
Tempo Médio de Primeiro Exame de Pedido de Registro de Marca	DIRMA	33	34,8	105%	5%	Até 10%
Índice de Reversão de Decisão Administrativa de Patente	DIRPA	1	3	300%	200%	Acima de 20%
Número de Pedidos de Patente Pendentes de Decisão Final (<i>Backlog</i>)	DIRPA	181.500	184.224	102%	2%	Até 10%
Número de Primeiros Exames Técnicos de Pedido de Patente	DIRPA	7.500	7.045	94%	-6%	Até 10%
Produtividade Individual em Decisão de Exame Técnico de Patente de Primeira Instância	DIRPA	32,6	26,6	82%	-18%	Entre 10% e 20%
Tempo Estimado para Decisão Final de Pedido de Patente (Tempo do <i>Backlog</i>)	DIRPA	8,1	11,6	143%	43%	Acima de 20%
Tempo Médio de Decisão Técnica de Pedidos de Patente	DIRPA	7	7,8	111%	11%	Entre 10% e 20%
Tempo Médio de Exame de Admissibilidade do PCT	DIRPA	40	57	143%	43%	Acima de 20%
Tempo Médio de Exame Formal de Pedido de Patente	DIRPA	8	10	125%	25%	Acima de 20%
Tempo Médio de Expedição de Carta-Patente	DIRPA	90	105	117%	17%	Entre 10% e 20%
Tempo Médio de Primeiro Exame Técnico de Pedido de Patente	DIRPA	6,5	7,1	109%	9%	Até 10%
Tempo Médio de Publicação de Pedido de Patente	DIRPA	22	24,7	112%	12%	Entre 10% e 20%
Índice de Avaliação do INPI na Mídia	PR	12	7,08	59%	-41%	Acima de 20%
Índice de Disponibilidade de Sistemas Corporativos Críticos	PR	95	100	105%	5%	Até 10%
Índice de Execução Adequada das Iniciativas Estratégicas - IEA	PR	70	55	79%	-21%	Acima de 20%
Índice de Satisfação com o Atendimento de Assuntos Externos	PR	73	68,57	94%	-6%	Até 10%
Índice de Satisfação com o Atendimento de Assuntos Internos	PR	80	91,81	115%	15%	Entre 10% e 20%

Fonte: CGPO / DPLAD.

2.4 Planejamento Estratégico do INPI

Em 2012, foi encerrado o Planejamento Estratégico INPI 2007-2012. Para 2013, estava prevista a implementação de um novo Planejamento Estratégico, com o apoio de uma consultoria especializada externa. No entanto, não foi possível a realização da contratação.

O INPI pactuou com o MDIC a Agenda Estratégica 2013-2014. Esta tem por objetivo orientar as ações prioritárias que serão desenvolvidas no período, frente às demandas imediatas de curto prazo.

A Agenda Estratégica contempla as discussões e contribuições do “Congresso do INPI”, realizado de 19 a 21 de março de 2013, com o objetivo de ampliar a participação interna e externa no processo de planejamento estratégico e na reflexão sobre os desafios e caminhos do INPI e do sistema brasileiro de propriedade intelectual.

Para o atingimento das Iniciativas da Agenda Estratégica, foram criados 23 projetos divididos em quatro Temas: “Eficiência e Qualidade Operacional”; “Promoção do Uso Estratégico da Propriedade Intelectual”; “Inserção Estratégica no Sistema Global de PI”; e “Modernização da Gestão do INPI”.

Como consequência das Iniciativas, o INPI prevê que, ao final do período da Agenda Estratégica, seja possível alcançar quase todas as sete Metas a seguir listadas. Elas foram retiradas do Objetivo 0881 do PPA e proporcionalizadas para 2014.

- Meta 1: Reduzir de 7,3 (ref. 2012) para 5 anos o prazo médio de decisão técnica de pedidos de patente contado a partir do pedido de exame;
- Meta 2: Reduzir de 50 (ref. 2012) para 18 meses o tempo estimado para análise de pedidos de registro de marca pendentes de primeiro exame;
- Meta 3: Conceder 6.250 de registros de desenho industrial em 12 meses;
- Meta 4: Alcançar o total de concessão de 100 registros de indicação de procedência e 20 registros de denominação de origem;
- Meta 5: Capacitar 4.000 profissionais em cursos de propriedade intelectual oferecidos pelo INPI em 12 meses;
- Meta 6: Disseminar a cultura de propriedade intelectual em 100 instituições públicas de educação superior brasileiras;
- Meta 7: Atingir o total de 50 publicações em revistas indexadas, em 12 meses, pelo corpo docente do mestrado, relacionadas à propriedade intelectual, sendo pelo menos 5 em revistas internacionais de primeira linha.

3 DIVISÃO DE GESTÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

A Carteira Projetos Estratégicos do INPI inclui projetos que faziam parte da carteira anterior, relacionados ao Planejamento 2007-2012, além de novos projetos que são estratégicos para o Instituto no biênio 2013-2014, totalizando 23 projetos ao final de 2013. A atual carteira foi definida levando-se em consideração as metas e iniciativas do Plano Plurianual 2012-2015 e os compromissos da Agenda Estratégica 2013-2014, pactuada com MDIC em fevereiro de 2013.

O Quadro 5 apresenta a Carteira de Projetos Estratégicos distribuída pelos Temas Estratégicos e por Unidades do INPI. Observa-se que o maior número de projetos concentra-se no tema “Promoção do Uso Estratégico de PI” (7 projetos), seguindo por “Modernização da Gestão do INPI” e “Inserção Estratégica no Sistema Global de PI” (6 projetos em cada Tema) e, por último, “Eficiência e Qualidade Operacional” (4 projetos). Destaca-se a participação da Presidência, com 12 projetos (52% do total), seguida pela Diretoria de Cooperação para o Desenvolvimento com 4 projetos (18%), Diretoria de Administração com 3 projetos (13%), Diretoria de Patentes com 2 projetos (9 %) e Diretoria de Marcas (4%) e Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros (4%), com 1 projeto cada uma.

O Gráfico 4 apresenta uma visão geral da situação da Carteira de Projetos Estratégicos ao final do 3º quadrimestre de 2013. O percentual de projetos com status “Adequado” foi 40% e com status “Atenção”, 15%, resultando num Índice de Execução Adequada (IEA) de 55%.

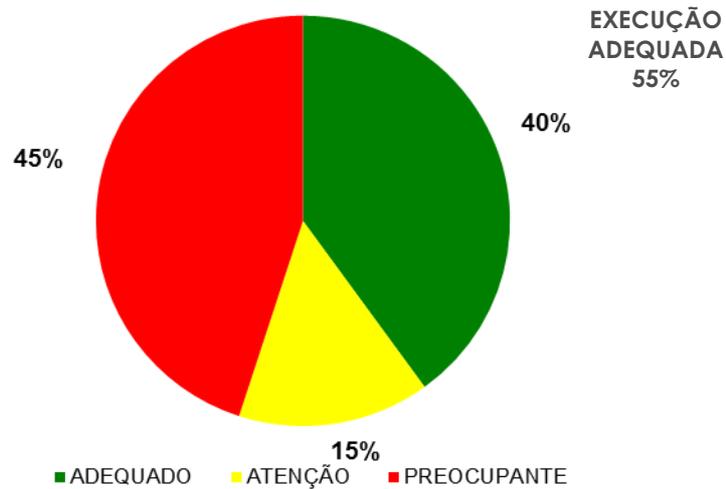
O IEA é calculado somando-se os percentuais dos projetos com status “Adequado”, “Atenção” e “Concluído”. Não são considerados, nesse cálculo, os projetos paralisados. Para definir o status de cada projeto, leva-se em conta o valor de seu desempenho físico da seguinte forma: “Adequado” – desempenho maior ou igual a 90%; “Atenção” – desempenho menor que 90% e maior ou igual a 70%; e “Preocupante” – menor que 70%.

Quadro 5 – Carteira de Projetos Estratégicos
3º Quadrimestre de 2013

Tema Estratégico	Nº	Projeto Estratégico	Unidade Gestora
Eficiência e Qualidade Operacional	1001	Solução do <i>Backlog</i> de Patentes	DIRPA
	1002	Ampliação e otimização da arquitetura e soluções de Tecnologia da Informação do INPI	PR/CGTI
	1003	Certificação NBR-ISO-9001:2008 para o processo de busca e exame preliminar do PCT e para o exame de pedido de registro de Marca	PR/CQUAL
	1004	Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico – CBMB	PR
Promoção do Uso Estratégico da PI	1005	Reestruturação da Academia de PI	DICOD
	1006	Reestruturação da Ação Regional	DICOD
	1007	Implantação do Observatório de Tecnologias Estratégicas	DICOD
	1008	Identificação e Desenvolvimento de Indicações Geográficas nos Grandes Eixos de Produtos Tradicionais Brasileiros	DICIG
	1009	Implantação dos Serviços de Mediação e Arbitragem em PI	PR/CEDPI
	1010	Estruturação do Banco de Dados Estatísticos/Anuário Estatístico do INPI	PR/AECON
Inserção Estratégica no Sistema Global de PI	1023	Diretório Nacional de Combate à Falsificação de Marcas	PR/CEDPI
	1011	Criação de Sistema Colaborativo Integrado de Propriedade Industrial na América do Sul (PROSUR)	PR/COTEG
	1012	Desenvolvimento da Marca Lusófona	DIRMA
	1013	Adesão aos Tratados Existentes e Participação Ativa no Desenho dos Novos Tratados	PR/COTEG
	1014	Aperfeiçoamento do PCT	DIRPA
	1015	Cooperação Sul-Sul	DICOD
Modernização da Gestão do INPI	1016	Cooperação BRICS	PR/COTEG
	1017	Novo Modelo Institucional	PR/CGPO
	1018	Planejamento Estratégico 2013 - 2022	PR/CGPO
	1019	Reforma do Edifício “A Noite”	DIRAD
	1020	Teletrabalho	DIRAD
	1021	Candidatura ao Prêmio Nacional de Gestão Pública	PR/CQUAL
	1022	SIGINPI – Sistema Eletrônico de Gestão Administrativa	DIRAD

Fonte: CGPO / DIGEP.

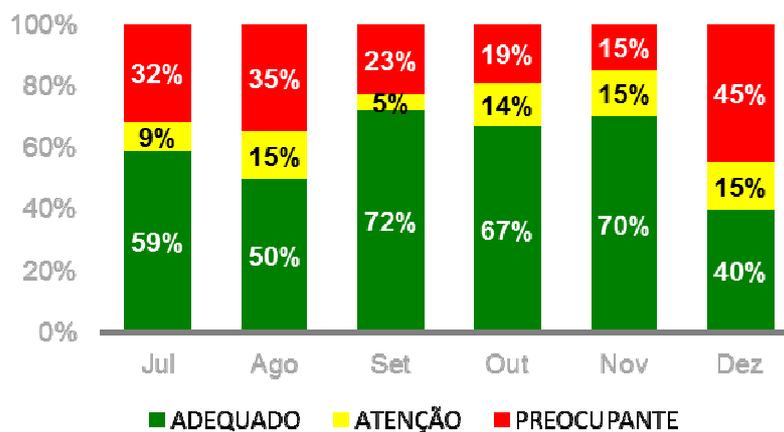
Gráfico 4 – Situação da Carteira de Projetos Estratégicos



Fonte: CGPO/DIGEP.

O Gráfico 5 apresenta a evolução da situação da Carteira de Projetos Estratégicos. O percentual de projetos com status “Preocupante” apresenta trajetória declinante até o mês de novembro, quando atinge o percentual de 15%. Em dezembro, essa trajetória é interrompida, com o percentual aumentando para 45%. Por sua vez, o percentual de projetos com status “Atenção” manteve um comportamento bem uniforme no período, tendo apresentado como limite máximo o valor de 15%.

Gráfico 5 – Evolução da Situação da Carteira de Projetos Estratégicos



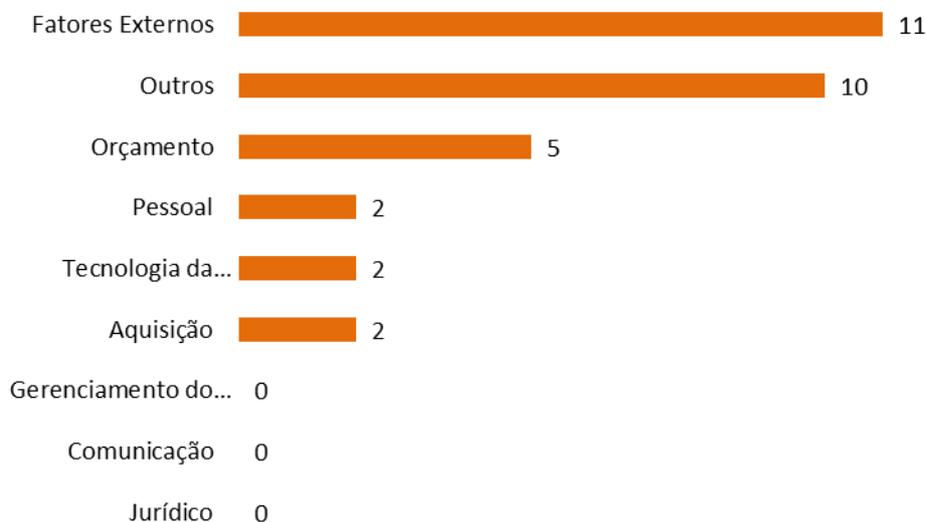
Fonte: CGPO / DIGEP.

Os problemas de execução dos Projetos Estratégicos foram classificados nas categorias abaixo discriminadas.

- **Fatores externos:** problemas ligados a parcerias, a decisões do Poder Legislativo ou outros fatores fora do controle direto do INPI;
- **Pessoal:** problemas relacionados ao quantitativo, à capacitação ou outros envolvendo a equipe do projeto;
- **Tecnologia da informação:** problemas de prazo, qualidade ou outros relacionados a produtos e serviços de TI essenciais para a execução do projeto;
- **Comunicação:** problemas com atividades de comunicação interna e externa;
- **Gerenciamento do projeto:** problemas relacionados a aspectos técnicos e gerenciais sob a responsabilidade direta da equipe do projeto;
- **Orçamento:** montante insuficiente ou fluxo inadequado de recursos orçamentários e financeiros para a execução do projeto;
- **Aquisição:** problemas no processo de aquisição de bens e serviços;
- **Jurídico:** problemas relacionados às questões jurídicas críticas do projeto e/ou com o trabalho de análise jurídica realizado pela Procuradoria;
- **Outros:** problemas não relacionados diretamente às demais categorias.

O Gráfico 6 apresenta os principais problemas que prejudicaram a execução dos Projetos Estratégicos no 3º quadrimestre de 2013. Os problemas mais citados pelos gerentes dos projetos referem-se às categorias “Fatores Externos”, “Outros” e “Orçamento”, que, em conjunto, corresponderam a 81% do total.

Gráfico 6 – Principais Problemas de Execução dos Projetos Estratégicos



Fonte: CGPO / DIGEP.

A Tabela 2 apresenta a evolução dos problemas de execução dos Projetos Estratégicos nos três quadrimestres de 2013. Observa-se que “Fatores Externos” é a categoria mais citada pelos gerentes nos três quadrimestres, o que pode ser explicado pela natureza de vários dos projetos do INPI, os quais apresentam marcos críticos que dependem de interlocução com outros Órgãos e

Entidades. Os itens “Outros” e “Orçamento” ganharam maior destaque no 3º quadrimestre, em relação aos dois quadrimestres anteriores. Por sua vez, os itens relativos à “Pessoal”, “Tecnologia da Informação”, “Comunicação” e “Gerenciamento de Projetos”, que aparecem com destaque no 1º quadrimestre, apresentaram trajetória declinante nos dois quadrimestres seguintes.

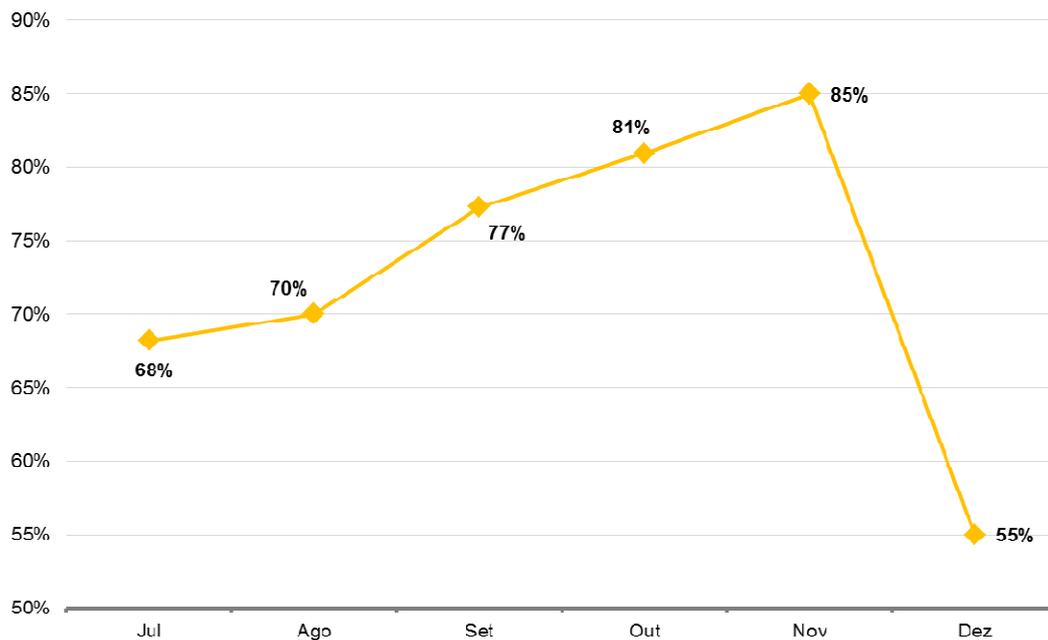
Tabela 2 – Evolução dos Principais Problemas de Execução dos Projetos Estratégicos

Principais Problemas	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Fatores Externos	29%	33%	34%
Pessoal	21%	15%	6%
Tecnologia da Informação	12%	7%	6%
Comunicação	9%	0%	0%
Gerenciamento do Projeto	9%	7%	0%
Orçamento	6%	15%	16%
Aquisição	6%	4%	6%
Jurídico	3%	0%	0%
Outros	6%	19%	31%

Fonte: CGPO / DIGEP.

O Gráfico 7 apresenta a evolução do IEA, a partir da constituição da atual Carteira de Projetos Estratégicos, em julho de 2013. Observa-se que esse índice tem trajetória ascendente até novembro, quando atinge o valor de 85%. Em dezembro, essa trajetória é alterada com o IEA apresentando uma queda significativa, situando-se em 55%.

O IEA seguiu uma trajetória consistente de alta, não só no quadrimestre, mas desde julho, quando da constituição da atual Carteira de Projetos Estratégicos. Essa trajetória de alta vai até novembro, quando o IEA alcançou o valor de 85%, com a carteira de Projetos Estratégicos apresentando 14 projetos (70%) com status de “Adequado”, 3 projetos com status de “Atenção” (15%) e apenas 3 projetos (15%) com status de “Preocupante”. Por outro lado, no mês de dezembro, a Carteira de Projetos Estratégicos apresentou 8 projetos (40%) com status de “Adequado”, 3 projetos com status de “Atenção” (15%) e 9 projetos (45%) com status de “Preocupante”, resultando num IEA de 55%. Verifica-se, assim, na última apuração do ano, que o valor do IEA ficou abaixo do esperado, que era de 70%, o que pode estar associado ao período de mudança do Presidente do INPI. Cumpre salientar que, durante boa parte do período de acompanhamento, o valor do IEA manteve-se igual ou acima do valor estabelecido. Sendo assim, pode-se inferir que os resultados indicam uma melhoria gradual nos padrões de desempenho na execução dos Projetos Estratégicos, apesar da queda no último mês do ano.

Gráfico 7 – Evolução do IEA a partir da Constituição da Atual Carteira em Julho de 2013

Fonte: CGPO / DIGEP.

4 DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

A Divisão de Programação e Acompanhamento Orçamentário (DIPOR) é responsável pela elaboração da Proposta Orçamentária do INPI, pela previsão anual da receita e suas atualizações, pelo acompanhamento da execução da despesa e pelas revisões da Tabela de Retribuições. Também auxilia na solicitação de créditos orçamentários, remanejamentos ou quaisquer outras ações que favoreçam a eficiência e a eficácia da execução da Lei Orçamentária Anual (LOA).

As informações de detalhamento orçamentário, as programações orçamentárias dos diversos planos internos que compõem o orçamento do INPI e o acompanhamento mensal da Receita do Instituto estão disponíveis na página da CGPO na Intranet. As atualizações são periódicas e proporcionam aos visitantes da página informações fidedignas, dando transparência aos gastos e auxiliando nas solicitações de detalhamento e disponibilidade orçamentária.

Em 2013, a DIPOR recebeu dois Servidores do concurso público de 2012: um analista e um técnico. O reforço da equipe permitiu maior acompanhamento da execução da despesa e da arrecadação, com a emissão de relatórios mais detalhados, para tomada de decisão dos gestores.

4.1 Lei Orçamentária Anual e Créditos

A Lei Orçamentária Anual nº 12.798 – LOA 2013 somente foi sancionada em 4 de abril de 2013 e consignou para o INPI uma dotação de R\$ 300.023.968,00, com a Receita estimada em R\$ 292.334.123,00.

Em abril e agosto, foram solicitados créditos suplementares para Custeio e Investimentos no total de, respectivamente, R\$ 50.107.457,00 e R\$ 37.716.264,00. As solicitações de créditos foram devolvidas após análise da Secretaria de Orçamento Federal – SOF.

Houve créditos suplementares nas despesas obrigatórias, no valor de R\$ 29.378.494,00, que podem ser verificadas detalhadamente por ação e fonte de recursos no Anexo I, onde também se encontram as dotações de todas as ações que compõem a LOA 2013 do INPI. Após os créditos suplementares e anulações na ação de precatórios (R\$ 83.303,00), a LOA 2013 somou R\$ 329.319.159,00.

A LOA 2013 mais créditos adicionais teve um acréscimo de 18,57% em relação à LOA 2012 conforme comparativo anual exposto na Tabela 3.

Tabela 3 - Comparativo LOA mais Créditos Adicionais

Ano	Lei + Créditos (R\$)	Varição (%)
2010	252.696.871,00	-
2011	259.027.911,00	2,51
2012	312.132.575,00	20,50
2013	329.319.159,00	5,51

Fonte: SIAFI.

4.2 Receita

Em 2013, o INPI arrecadou R\$ 283.229.446,33, que representam 96,9% da estimativa de receita do Instituto na LOA 2013, conforme Tabela 4. A arrecadação de recursos não financeiros (Fonte 250) foi 6% aquém da estimativa, e a de recursos financeiros (Fonte 280) superou a estimativa em 30,3%. As naturezas de receita com seus grupamentos constam no Anexo II.

Tabela 4 – Demonstrativo da Receita por Fonte de Recurso

R\$ 1.000,00

Fonte	Estimativa	Receita					
	LOA 2013	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
250 - Recursos não financeiros	268.848	20.249	18.271	22.140	23.441	21.103	22.154
280 - Recursos financeiros	23.486	3.410	2.815	2.455	2.437	2.430	2.494
Total	292.334	23.659	21.086	24.595	25.878	23.533	24.648

Fonte	Receita							% LOA
	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL	
250 - Recursos não financeiros	20.839	21.022	19.612	22.322	20.505	20.963	252.621	94,00%
280 - Recursos financeiros	2.261	2.132	2.462	2.272	2.706	2.735	30.608	130,30%
Total	23.100	23.154	22.074	24.594	23.211	23.698	283.229	96,90%

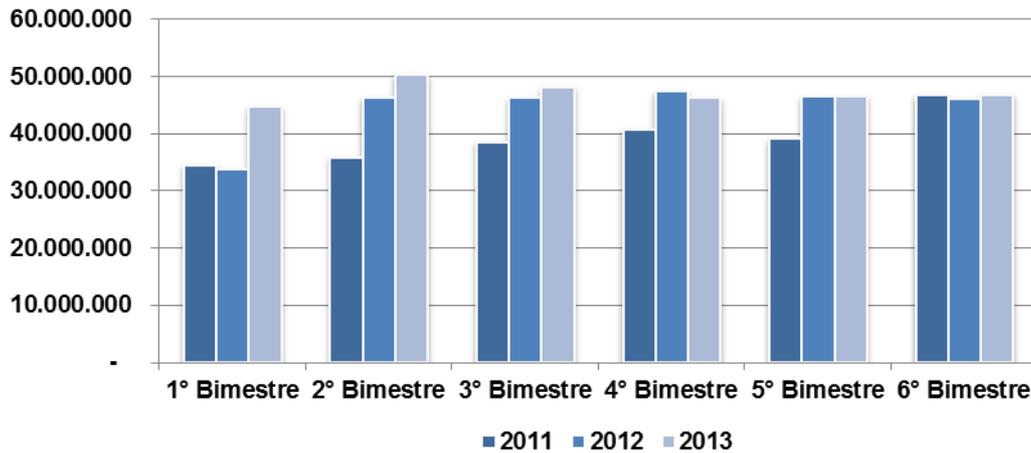
Fonte: SIAFI.

Nos três primeiros bimestres, a receita oscilou entre R\$ 44 milhões e R\$ 50 milhões, se estabilizando nos demais bimestres no patamar de R\$ 46 milhões, nível similar aos cinco últimos bimestres de 2012.

Entretanto, como a LOA para 2013 previa uma arrecadação bimestral média de R\$ 49 milhões, a arrecadação ficou abaixo do previsto.

A seguir, o Gráfico 8 demonstra a variação das receitas bimestrais nos últimos três anos. Nota-se que a variação é pequena, principalmente, na comparação dos bimestres de 2012 e 2013.

Gráfico 8 – Receita Bimestral do INPI – 2011 a 2013



Fonte: SIAFI.

A Tabela 5 mostra a variação positiva do valor arrecadado ao longo dos anos, com aumento de 13,2%, de 2011 para 2012, e de 6,2%, de 2012 para 2013.

A Receita de Serviços somou R\$ 254.846.744,28, que representam 89,1% do valor arrecadado. A segunda maior arrecadação foi proveniente da Receita Patrimonial, que atingiu R\$ 30.386.974,02, equivalentes a 10,6% da receita arrecadada, enquanto as outras receitas representaram apenas 0,3% do total.

Tabela 5 – Comparativo da Receita de 2011 a 2013

Grupo de Receita	R\$ 1,00					
	2011	$\Delta\%$ 2011-2012	2012	$\Delta\%$ 2012-2013	2013	% Total
Receita Patrimonial	27.740.826	-1,7%	27.281.533	11,4%	30.386.974	10,6%
Receita de Serviços	205.439.134	15,8%	237.974.702	7,1%	254.846.744	89,1%
Outras Receitas	2.513.281	-35,7%	1.615.971	-43,3%	916.347	0,3%
SUBTOTAL	235.693.241	13,2%	266.872.205	7,2%	286.150.065,16	100,0%
Deduções da Receita	(94.517)	133,9%	(221.087)	1221,0%	(2.920.619)	-1,0%
Total	235.598.724	13,2%	266.651.118	6,2%	283.229.446,33	

Fonte: SIAFI.

Na Receita de Serviços existe uma grande concentração nas rubricas de serviços de Marcas e de Patentes, que juntas responderam por 85,9% da receita total do INPI em 2013, conforme Tabela 3. O serviço de Patentes concentrou 53,3% do total da Receita de Serviços e o serviço de Marcas representou 42,1%. Enquanto o serviço de Patentes apresentou crescimento de 16,7% comparado ao ano anterior, a arrecadação do serviço de Registro de Marcas caiu 3,1% em relação a 2012.

A terceira maior receita de serviços vem de Desenho Industrial. Apesar de representar apenas 1,5% do valor arrecadado com serviços prestados, esta receita apresentou crescimento de 36,3% em comparação com 2012.

Dentre as outras receitas de serviços, destacam-se o de Transferência de Tecnologia, com expansão de 25,4%, e o de Remessa de Depósitos Oficiais, que sofreu um decréscimo de 8,6%.

Apesar de a participação dos demais serviços na receita total ainda não ser expressiva para o Instituto, vale atentar que estes apresentaram declínio em comparação com 2012, com exceção do serviço de Informações Científicas e Tecnológicas.

Conheçam na Tabela 6 os itens que formam a Receita de Serviços, com os valores arrecadados em 2012 e 2013 e suas respectivas variações.

Tabela 6 – Demonstrativo da Receita de Serviços

R\$					
Receita de Serviços	2012	Δ 2012-2013	2013	% Receita de Serviços	% Receita Total
Patentes	116.366.242	16,7%	135.855.351	53,3%	48,0%
Registro de Marcas	110.625.712	-3,1%	107.236.844	42,1%	37,9%
Registro de Desenho Industrial	2.832.401	36,3%	3.861.305	1,5%	1,4%
Transferência de Tecnologia	3.673.355	-8,6%	3.358.365	1,3%	1,2%
Remessa de Depósitos Oficiais	1.654.193	25,4%	2.073.895	0,8%	0,7%
Registro de Programa de Computador	426.951	-11,1%	379.661	0,1%	0,1%
Registro de Indicações Geográficas	33.745	-56,6%	14.660	0,0%	0,0%
Informações Científicas e Tecnológicas	3.451	188,6%	9.959	0,0%	0,0%
Proteção Topografias Circuitos Integrados	*	-	3.530	0,0%	0,0%
Outras Receitas de Serviços	2.358.652	-13,0%	2.053.174	0,8%	0,7%
Total	237.974.702	7,1%	254.846.744	100,0%	90,0%

* Essa receita não possuía conta própria no SIAFI em 2012, sendo registrada dentro de outras contas de receita. O serviço de registro de desenho industrial começou a ser contabilizado em conta própria em março de 2012 e a remessa de depósitos oficiais, em abril de 2012.

Fonte: SIAFI.

4.3 Despesa

O índice de execução da LOA 2013 foi de 89,39%, muito próximo ao de 2012, 88,75%.

Porém, os índices de execução de “Pessoal e Encargos Sociais” e “Outras Despesas Correntes” aumentaram, enquanto o índice de execução do grupo “Investimentos” caiu ainda mais, conforme observa-se na Tabela 7.

Tabela 7 - Comparativo das Despesas Realizadas por Grupo

Grupo	Ano	Realizado		
		Lei + Créditos (R\$)	Jan. a Dez. (R\$)	Realizado (%)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2012	175.229.973	167.666.456	95,68
	2013	199.260.348	197.109.079	98,92
3 - Outras Despesas Correntes	2012	117.864.964	98.861.344	83,88
	2013	103.729.465	94.709.536	91,30
4 - Investimentos	2012	19.037.638	10.478.772	55,04
	2013	6.262.915	2.545.854	40,65
9 - Reserva de Contingência	2012	0	0	0,00
	2013	20.066.431	0	0,00
Total	2012	312.132.575	277.006.572	88,75
	2013	329.319.159	294.364.469	89,39

Fonte: SIAFI.

A execução do Grupo de Despesa “Pessoal” foi compatível com as despesas programadas para o período. Em “Investimentos”, foram realizadas aquisições de informática, mobiliário e equipamento odontológico, mas que representaram apenas 40,65% da dotação prevista.

O Grupo de Despesa “Custeio” teve sua execução abaixo do previsto, em decorrência do limite para movimentação e empenho estabelecido pelo MDIC para o INPI. O contingenciamento influencia a execução das despesas, impondo durante o exercício realinhamento do planejamento de novas contratações.

No mês de maio, foi estabelecido o corte de 9,2%, conforme Tabela 8. Em agosto, o limite para movimentação e empenho foi alterado para R\$ 76.989.637,00 e, posteriormente, para R\$ 88.960.935,00. Dessa forma, o contingenciamento total do ano de 2013 ficou em 9,02%, para as despesas de custeio, e em 59,35% para as despesas de investimento, representando 12,1% de corte em relação ao total da LOA.

Tabela 8 - Limite de Movimentação e Empenho

Grupos de Despesas	Limite			
	LOA	Maio	Agosto	Final
Custeio	94.986.585	86.247.819	71.302.910	86.415.081
Investimento	6.262.915	5.686.727	5.686.727	2.545.854
Total	101.249.500	91.934.546	76.989.637	88.960.935
% de Corte em relação à LOA		9,2%	23,7%	12,1%

Fonte: SIAFI.

Em decorrência do contingenciamento, algumas despesas da ação “Administração da Unidade” ficaram impossibilitadas de empenho. Estas despesas foram parte da locação do edifício São Bento, referente ao mês de dezembro (R\$ 1.078.470,76), desenvolvimento de sistema (R\$ 292.000,00), despesa com controle de acesso e frequência (R\$ 65.000,00) e a manutenção corretiva da escada de incêndio (R\$ 371.478,00), totalizando R\$ 1.806.948,76.

Apesar do corte, a execução total da ação “Administração da Unidade” teve um desempenho favorável de 89,11%. O plano orçamentário “Gestão da Tecnologia da Informação” apresentou o menor índice de execução dentre os planos que compõe a ação “Administração da Unidade”, de 71,23%. Destaca-se ainda que o plano orçamentário “Gestão Administrativa Geral” teve 93,12% de execução, com o melhor desempenho da ação.

Na ação “Disseminação, Ensino e Pesquisa em Propriedade Intelectual e Inovação”, a execução do plano orçamentário “Pesquisa em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento” registrou o melhor desempenho, com índice de execução de 81,38%, correspondendo ao repasse à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, referente ao acordo firmado entre as partes para acesso dos Servidores do INPI ao Portal CAPES. Contudo, ao final do exercício, a execução da ação não foi favorável, com 67,41%. O índice de execução do Plano orçamentário “Disseminação de Informações Tecnológicas” foi de 60,78% e influenciou diretamente o desempenho da ação.

As despesas obrigatórias (pagamento de pessoal, benefícios assistenciais aos servidores e aposentadorias) tiveram índice de execução acima de 95%, compatível com a programação realizada.

O Anexo III detalha a execução pelas diversas ações e planos orçamentários que compõem o orçamento do órgão.

ANEXO I - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA Nº 12.798 de 04/04/2013 + CRÉDITOS ADICIONAIS 2013

R\$ 1,00

Programática	Programa/Ação	Func.	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	L O A	CRÉDITOS	TOTAL
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União								41.440.257	6.427.488	47.867.745
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								41.440.257	6.427.488	47.867.745
0089.0181.0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	09.272							41.440.257	6.427.488	47.867.745
			S	1- PES	1	90	0	250	17.954.454		17.954.454
			S	1- PES	1	90	0	280	23.485.803	-	23.485.803
			S	1- PES	1	90	0	100	-	6.427.488	6.427.488
0901	Operações Especiais - Cumprimento de Sentenças Judiciais								1.211.108	(83.303)	1.127.805
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								1.211.108	(83.303)	1.127.805
0901.00G5.0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - Nacional	28.846							65.025	-	65.025
			F	1- PES	0	91	0	100	65.025	-	65.025
0901.0005.0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) - Nacional	28.846							1.146.083	(83.303)	1.062.780
			F	1- PES	1	90	0	100	591.135	(44.298)	546.837
			F	3- ODC	1	90	0	100	554.948	(39.005)	515.943
0999	Reserva de Contingência								20.066.431	-	20.066.431
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								20.066.431	-	20.066.431
0999.0Z00.6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas	99.999							20.066.431	-	20.066.431
			F	9- RES	0	99	0	250	20.066.431	-	20.066.431
2055	Desenvolvimento Produtivo								5.219.000	-	5.219.000
	ATIVIDADES								5.219.000	-	5.219.000
2055.20TW.0001	Disseminação, Ensino e Pesquisa em Propriedade Intelectual e Inovação	22.664							5.219.000	-	5.219.000
			F	3- ODC	2	80	0	250	1.000	202.000	203.000
			F	3- ODC	2	90	0	250	5.218.000	(202.000)	5.016.000
2121	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior								232.087.172	22.951.006	255.038.178
	ATIVIDADES								209.644.173	21.183.435	230.827.608
2121.10TP.0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União	22.122							107.134.936	19.435.235	126.570.171
			F	1- PES	1	90	0	250	106.912.586		106.912.586
			F	1- PES	1	91	0	250	222.350	-	222.350
			F	1- PES	1	91	0	100	-	19.435.235	19.435.235

Programática	Programa/Ação	Func.	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	L O A	CRÉDITOS	TOTAL
2121.2000.0001	Administração da Unidade	22.122							94.029.500	-	94.029.500
			F	3 - ODC	2	90	0	250	85.126.585	-	85.126.585
			F	3 - ODC	2	91	0	250	2.640.000	-	2.640.000
			F	4 - INV	2	90	0	250	6.262.915	-	6.262.915
2121.2004.0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	22.301							2.110.737	410.000	2.520.737
			S	3 - ODC	1	90	0	100	2.110.737	410.000	2.520.737
2121.2010.0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	22.365							156.000	3.000	159.000
			F	3 - ODC	1	90	0	100	156.000	3.000	159.000
2121.2011.0001	Auxílio-Transporte aos Servidores, Empregados e Militares	22.331							900.000	40.000	940.000
			F	3 - ODC	1	90	0	100	900.000	40.000	940.000
2121.2012.0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores, Empregados e Militares	22.306							3.312.000	1.295.200	4.607.200
			F	3 - ODC	1	90	0	100	3.312.000	1.295.200	4.607.200
2121,4641.0001	Publicidade de Utilidade Pública	22,131							2.001.000	-	2.001.000
			F	3 - ODC	2	90	0	250	2.001.000	-	2.001.000
OPERAÇÕES ESPECIAIS									22.442.999	1.767.571	24.210.570
2121.09HB.0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – Nacional	22.122							22.442.999	1.767.571	24.210.570
			F	1 - PES	0	91	0	250	22.442.999	-	22.442.999
			F	1 - PES	0	91	0	100	-	1.767.571	1.767.571
Total									300.023.968	29.295.191	329.319.159
								Pessoal	171.674.352	27.585.996	199.260.348
								Outras Despesas Correntes	102.020.270	1.709.195	103.729.465
								Investimento	6.262.915	-	6.262.915
								Reserva de contingência	20.066.431	-	20.066.431
								Fonte 100	7.689.845	29.295.191	36.985.036
								Fonte 250	268.848.320	-	268.848.320
								Fonte 280	23.485.803	-	23.485.803
TOTAL									300.023.968	29.295.191	329.319.159

ANEXO II - ACOMPANHAMENTO DA RECEITA 2013

R\$ 1,00

Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
RECEITAS CORRENTES	23.609.379	21.055.983	24.586.446	25.832.023	24.440.616	24.587.605	23.537.359	23.164.960	22.009.708	24.521.373	23.724.718	24.220.423	285.290.594
Receita Patrimonial	3.375.487	2.799.880	2.441.953	2.421.415	2.416.923	2.452.539	2.244.560	2.122.373	2.437.763	2.255.958	2.706.450	2.711.673	30.386.974
Taxa Ocupação Imóveis Fun. Prop. Nac. Resid.	1.758	1.758	1.266	1.838	1.552	1.346	1.060	1.346	1.632	1.346	4.754	5.634	25.290
Remuneração de Depósitos Bancários	3.373.729	2.798.122	2.440.687	2.419.577	2.415.371	2.451.193	2.243.500	2.121.027	2.436.131	2.254.612	2.701.696	2.706.039	30.361.684
Receita de Serviços	20.233.654	18.223.435	22.139.635	23.410.608	22.005.846	22.135.066	21.292.800	21.042.359	19.571.320	22.265.125	21.018.261	21.508.635	254.846.744
Serviços de Com. Livros, Periódicos, Mat. Esc. e Publicidade	102.859	119.236	138.641	117.921	87.739	84.793	93.851	158.984	149.048	108.797	132.571	126.947	1.421.387
Serviços Administrativos	7.295	22	9	7	33	7	22	34	19	167	114	7	7.737
Serviços de Patentes	10.366.144	9.453.461	11.431.813	11.917.803	11.647.923	12.028.799	11.733.709	12.005.420	10.666.049	11.337.573	11.416.681	11.849.978	135.855.351
Serviços de Registro de Marcas	8.731.357	8.029.754	9.665.515	10.480.800	9.543.914	9.273.922	8.500.140	7.969.050	7.875.932	9.979.360	8.613.500	8.573.600	107.236.844
Serviços de Transferência de Tecnologia	249.295	202.260	245.690	355.425	228.635	235.015	424.030	303.885	292.355	246.785	280.100	294.890	3.358.365
Serviços de Registro de Indicações Geográficas	2.510	120	1.185	690	2.185		100	1.300	4.505	1.895	120	50	14.660
Serviços de Registro de Programa de Computador	24.600	20.795	26.895	38.195	32.480	24.370	32.860	37.060	42.280	37.681	35.005	27.440	379.661
Serviços de Registro de Desenho Industrial	302.775	304.800	336.530	347.150	271.970	347.785	330.570	337.095	327.130	344.165	301.165	310.170	3.861.305
Serv. Proteção Topografias Circuitos Integrados		1.185			1.185	330					830		3.530
Serviços de Remessa de Depósitos Oficiais	89.980	62.688	116.367	124.224	168.531	133.836	175.151	227.632	211.257	205.222	237.526	321.484	2.073.895
Serviços de Informações Científicas e Tecnológicas	674	44		1.323	5.966	1.750	202						9.959
Tar. Inscr. Concursos e Processos Seletivos	335.850												335.850
Outras Receitas de Serviços	20.315	29.070	176.990	27.070	15.285	4.460	2.165	1.900	2.745	3.480	650	4.070	288.200
Outras Receitas Correntes	238	32.668	4.857	-	17.847	-	-	228	625	291	8	115	56.876
Outras Multas e Juros de Mora											8		8
Multas e Juros Previstos em Contratos		32.392											32.392
Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	238	276	3.733		17.847			228	608			115	23.044
Outras Restituições			315										315
Outras Receitas			809						17	291			1.117
RECEITAS DE CAPITAL	36.364	16.810	14.186	17.737	14.790	42.861	17.436	10.505	25.662	17.238	3.969	28.816	246.373
Amortizações de Empréstimos	36.364	16.810	14.186	17.737	14.790	42.861	17.436	10.505	25.662	17.238	3.969	28.816	246.373
Amortizações de Bens	36.364	16.810	14.186	17.737	14.790	42.861	17.436	10.505	25.662	17.238	3.969	28.816	246.373
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTÁRIAS	13.481	42.211	46.772	46.725	57.245	45.710	75.825	51.670	43.364	54.940	89.230	45.923	613.098
Receita de Serviços	13.481	42.211	46.772	46.725	57.245	45.710	75.825	51.670	43.364	54.940	89.230	45.923	613.098
Serviços de Com. Livros, Periódicos, Mat. Esc. e Publicidade				60									60
Serviços Administrativos		900		425		140			1.185		640	310	3.600
Serviços de Registro de Patentes	12.501	40.131	45.292	44.185	54.860	36.853	68.887	48.775	40.999	50.300	86.885	37.433	567.103
Serviços de Registro de Marcas	980	1.180	1.200	2.055	1.100	2.720	3.870	1.040	1.180	2.510	760	6.780	25.375
Serviços de Reg. De Programa de Comp.			280			390	560	1.410		1.180	945	1.400	6.165
Serviços de Registro de Desenho Industrial					285			445		950			1.680
Serviços de Remessa de Depósitos Oficiais						4.312	2.508						6.820
Serviços de Informações Científicas e Tecnológicas					1.000								1.000
Outras Receitas de Serviços						1.295							1.295
DEDUÇÕES DA RECEITA	(161)	(28.998)	(52.059)	(18.060)	(979.765)	(28.135)	(530.435)	(73.525)	(5.138)	-	(607.330)	(597.012)	(2.920.619)
Restituições	(160)	(28.993)	(51.707)	(18.060)	(979.765)	(28.135)	(530.435)	(73.525)	(5.020)		(607.042)	(597.012)	(2.919.855)
Descontos Concedidos	(1)	(5)	(264)								(288)		(557)
Retificações			(88)						(118)				(206)
TOTAL	23.659.064	21.086.006	24.595.345	25.878.425	23.532.885	24.648.042	23.100.185	23.153.611	22.073.596	24.593.551	23.210.587	23.698.150	283.229.446,33

Fonte: SIAFI.

ANEXO II - ACOMPANHAMENTO DA RECEITA 2013

R\$ 1,00

Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
RECEITAS CORRENTES	23.609.379	21.055.983	24.586.446	25.832.023	24.440.616	24.587.605	23.537.359	23.164.960	22.009.708	24.521.373	23.724.718	24.220.423	285.290.594
Receita Patrimonial	3.375.487	2.799.880	2.441.953	2.421.415	2.416.923	2.452.539	2.244.560	2.122.373	2.437.763	2.255.958	2.706.450	2.711.673	30.386.974
Taxa Ocupação Imóveis Fun. Prop. Nac. Resid.	1.758	1.758	1.266	1.838	1.552	1.346	1.060	1.346	1.632	1.346	4.754	5.634	25.290
Remuneração de Depósitos Bancários	3.373.729	2.798.122	2.440.687	2.419.577	2.415.371	2.451.193	2.243.500	2.121.027	2.436.131	2.254.612	2.701.696	2.706.039	30.361.684
Receita de Serviços	20.233.654	18.223.435	22.139.635	23.410.608	22.005.846	22.135.066	21.292.800	21.042.359	19.571.320	22.265.125	21.018.261	21.508.635	254.846.744
Serviços de Com. Livros, Periódicos, Mat. Esc. e Publicidade	102.859	119.236	138.641	117.921	87.739	84.793	93.851	158.984	149.048	108.797	132.571	126.947	1.421.387
Serviços Administrativos	7.295	22	9	7	33	7	22	34	19	167	114	7	7.737
Serviços de Patentes	10.366.144	9.453.461	11.431.813	11.917.803	11.647.923	12.028.799	11.733.709	12.005.420	10.666.049	11.337.573	11.416.681	11.849.978	135.855.351
Serviços de Registro de Marcas	8.731.357	8.029.754	9.665.515	10.480.800	9.543.914	9.273.922	8.500.140	7.969.050	7.875.932	9.979.360	8.613.500	8.573.600	107.236.844
Serviços de Transferência de Tecnologia	249.295	202.260	245.690	355.425	228.635	235.015	424.030	303.885	292.355	246.785	280.100	294.890	3.358.365
Serviços de Registro de Indicações Geográficas	2.510	120	1.185	690	2.185		100	1.300	4.505	1.895	120	50	14.660
Serviços de Registro de Programa de Computador	24.600	20.795	26.895	38.195	32.480	24.370	32.860	37.060	42.280	37.681	35.005	27.440	379.661
Serviços de Registro de Desenho Industrial	302.775	304.800	336.530	347.150	271.970	347.785	330.570	337.095	327.130	344.165	301.165	310.170	3.861.305
Serv. Proteção Topografias Circuitos Integrados		1.185			1.185	330					830		3.530
Serviços de Remessa de Depósitos Oficiais	89.980	62.688	116.367	124.224	168.531	133.836	175.151	227.632	211.257	205.222	237.526	321.484	2.073.895
Serviços de Informações Científicas e Tecnológicas	674	44		1.323	5.966	1.750	202						9.959
Tar. Inscr. Concursos e Processos Seletivos	335.850												335.850
Outras Receitas de Serviços	20.315	29.070	176.990	27.070	15.285	4.460	2.165	1.900	2.745	3.480	650	4.070	288.200
Outras Receitas Correntes	238	32.668	4.857	-	17.847	-	-	228	625	291	8	115	56.876
Outras Multas e Juros de Mora											8		8
Multas e Juros Previstos em Contratos		32.392											32.392
Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	238	276	3.733		17.847			228	608			115	23.044
Outras Restituições			315										315
Outras Receitas			809						17	291			1.117
RECEITAS DE CAPITAL	36.364	16.810	14.186	17.737	14.790	42.861	17.436	10.505	25.662	17.238	3.969	28.816	246.373
Amortizações de Empréstimos	36.364	16.810	14.186	17.737	14.790	42.861	17.436	10.505	25.662	17.238	3.969	28.816	246.373
Amortizações de Bens	36.364	16.810	14.186	17.737	14.790	42.861	17.436	10.505	25.662	17.238	3.969	28.816	246.373
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTÁRIAS	13.481	42.211	46.772	46.725	57.245	45.710	75.825	51.670	43.364	54.940	89.230	45.923	613.098
Receita de Serviços	13.481	42.211	46.772	46.725	57.245	45.710	75.825	51.670	43.364	54.940	89.230	45.923	613.098
Serviços de Com. Livros, Periódicos, Mat. Esc. e Publicidade				60									60
Serviços Administrativos		900		425		140			1.185		640	310	3.600
Serviços de Registro de Patentes	12.501	40.131	45.292	44.185	54.860	36.853	68.887	48.775	40.999	50.300	86.885	37.433	567.103
Serviços de Registro de Marcas	980	1.180	1.200	2.055	1.100	2.720	3.870	1.040	1.180	2.510	760	6.780	25.375
Serviços de Reg. De Programa de Comp.			280			390	560	1.410		1.180	945	1.400	6.165
Serviços de Registro de Desenho Industrial					285			445		950			1.680
Serviços de Remessa de Depósitos Oficiais						4.312	2.508						6.820
Serviços de Informações Científicas e Tecnológicas					1.000								1.000
Outras Receitas de Serviços						1.295							1.295
DEDUÇÕES DA RECEITA	(161)	(28.998)	(52.059)	(18.060)	(979.765)	(28.135)	(530.435)	(73.525)	(5.138)	-	(607.330)	(597.012)	(2.920.619)
Restituições	(160)	(28.993)	(51.707)	(18.060)	(979.765)	(28.135)	(530.435)	(73.525)	(5.020)		(607.042)	(597.012)	(2.919.855)
Descontos Concedidos	(1)	(5)	(264)								(288)		(557)
Retificações			(88)						(118)				(206)
TOTAL	23.659.064	21.086.006	24.595.345	25.878.425	23.532.885	24.648.042	23.100.185	23.153.611	22.073.596	24.593.551	23.210.587	23.698.150	283.229.446,33

Fonte: SIAFI.

ANEXO III - Execução das Ações e Planos Orçamentários do INPI 2013

R\$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / PLANO ORÇAMENTÁRIO	LOA + CRÉDITOS ADICIONAIS	DISPONÍVEL	REPASSE	PRÉ-EMPENHO	EMPENHOS			EXECUÇÃO (%)
						A Liquidar	Liquidado	Total	
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	47.867.745	173.738	-	-	-	47.694.007	47.694.007	99,64%
	OPERAÇÕES ESPECIAIS	47.867.745	173.738	-	-	-	47.694.007	47.694.007	99,64%
0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	47.867.745	173.738	-	-	-	47.694.007	47.694.007	99,64%
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	1.127.805	-	1.127.805	-	-	-	-	100,00%
	OPERAÇÕES ESPECIAIS	1.127.805	-	1.127.805	-	-	-	-	100,00%
0901 0005 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)	1.062.780	-	1.062.780	-	-	-	-	100,00%
0901 00G5 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor	65.025	-	65.025	-	-	-	-	100,00%
0999	Reserva de Contingência	20.066.431	20.066.431	-	-	-	-	-	0,00%
	OPERAÇÕES ESPECIAIS	20.066.431	20.066.431	-	-	-	-	-	0,00%
0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeiro	20.066.431	20.066.431	-	-	-	-	-	0,00%
2055	Desenvolvimento Produtivo	5.219.000	1.700.661	1.036.426	-	-	2.481.913	2.481.913	47,56%
	ATIVIDADES	5.219.000	1.700.661	1.036.426	-	-	2.481.913	2.481.913	67,41%
2055 20TW 0001	Disseminação, Ensino e Pesquisa em Propriedade Intelectual e Inovação	5.219.000	1.700.661	1.036.426	-	-	2.481.913	2.481.913	67,41%
	0001 Fomento à Geração, à Proteção e à Comercialização de Propriedade Intelectual	-	-	-	-	-	-	-	0,00%
	0002 Disseminação de Informações Tecnológicas	3.716.000	1.457.537	-	-	-	2.258.463	2.258.463	60,78%
	0003 Pesquisa em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento	1.300.000	242.124	1.036.426	-	-	21.450	21.450	81,38%
	0004 Ensino em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	0,00%
	0005 Cooperação Técnica em Propriedade Intelectual	203.000	1.000	-	-	-	202.000	202.000	99,51%
2121	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior	255.038.178	13.006.038	-	27.616	7.822	242.024.318	242.032.140	94,90%
	ATIVIDADES	230.827.608	12.914.011	-	27.616	7.822	217.905.775	217.913.597	94,40%
2121 2000 0001	Administração da Unidade	94.029.500	10.231.515	-	27.616	7.820	83.790.164	83.797.985	89,11%
	0001 Modernização dos Processos	1.000	1.000	-	-	-	-	-	0,00%
	0002 Gestão da Tecnologia da Informação	15.860.029	4.563.026	-	-	2	11.297.001	11.297.003	71,23%
	0003 Gestão Administrativa Geral	74.304.412	5.102.922	-	-	7.818	69.193.671	69.201.490	93,12%
	0004 Gestão Administrativa Regional	3.263.059	426.622	-	27.616	-	2.836.437	2.836.437	86,93%
	0005 Capacitação do Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação	601.000	137.945	-	-	-	463.055	463.055	77,05%
2121 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	2.520.737	153.019	-	-	-	2.367.718	2.367.718	93,93%
	0001 Assistência Médica e Odontológica Civil	2.390.000	22.282	-	-	-	2.367.718	2.367.718	99,07%
	0002 Exames Periódicos	130.737	130.737	-	-	-	-	-	0,00%
2121 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, empregados e Militares	159.000	2.933	-	-	-	156.067	156.067	98,16%
2121 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	940.000	25.575	-	-	-	914.425	914.425	97,28%
2121 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	4.607.200	162.168	-	-	-	4.445.032	4.445.032	96,48%
2121 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União	126.570.171	1.885.504	-	-	-	124.684.667	124.684.667	98,51%
2121 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública	2.001.000	453.297	-	-	2	1.547.701	1.547.703	77,35%
	OPERAÇÕES ESPECIAIS	24.210.570	92.027	-	-	-	24.118.543	24.118.543	99,62%
2121 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	24.210.570	92.027	-	-	-	24.118.543	24.118.543	99,62%
	TOTAL	329.319.159	34.946.867	2.164.231	27.616	7.822	292.200.238	292.208.060	89,39%